



Paulo Pinto

Mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa e Doutor em Ciências Históricas pela Universidade Católica de Lisboa. É presentemente investigador integrado do Centro de História de Aquém e Além Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve um projeto sobre "Presenças e Representações dos Chineses Ultramarinos nas Sociedades Ibero-Asiáticas (séculos XVI-XIX)". É, igualmente, bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. As suas temáticas de investigação são o Sueste Asiático, a expansão europeia na Ásia (séculos XVI-XVII) e os impérios ultramarinos ibéricos. A dissertação de mestrado mereceu recente edição em língua inglesa, sob o nome de *The Portuguese and the Straits of Melaka, 1575-1619: Power, Trade and Diplomacy*, Singapore University Press, 2012.

2015, Descobrimentos e Memória

Já como Presidente (...), Marcelo Rebelo de Sousa irá depositar uma coroa de flores no túmulo de Luís de Camões, na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Esta cerimónia (...) terá como inovação o facto de Marcelo Rebelo de Sousa ir também depositar uma segunda coroa de flores, esta no túmulo de Vasco da Gama. O simbolismo desta segunda coroa prende-se (...) com a importância que Marcelo Rebelo de Sousa dará no seu mandato presidencial à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Esta notícia publicada pelo jornal Público no dia 23 de fevereiro de 2016 é um bom exemplo de como continuam a ser importantes os atos simbólicos que envolvem a chamada “época dos Descobrimentos”. Que a relação direta entre Vasco da Gama e os países que compõem a atual CPLP seja menos que ténue é, evidentemente, uma questão menor; o que esteve em causa nas intenções do recém-eleito presidente da República foi obviamente a utilização do nome mágico “Vasco da Gama” como elo de ligação entre uma época tomada como paradigma da grandeza nacional e um futuro que se pretende de abertura de Portugal ao mundo lusófono.

A época vulgarmente chamada “dos Descobrimentos” (*grosso modo*, os séculos XV e XVI) é uma espécie de baú sagrado, de relicário da memória onde o etos nacional compila e guarda sigilosamente um rosário de grandezas de um tempo marcado por feitos de armas, bravura e espírito aventureiro e que permanece incrustada no imaginário coletivo como uma espécie de “Idade do Ouro” de Portugal. A evocação de figuras e datas dessa época excede a dimensão de outros momentos-chave (como a fundação da nacionalidade, os momentos de recuperação de crise ou de ameaça à independência nacional) no sentido em que envolve a relação pioneira que Portugal estabeleceu com outras partes do mundo, outros povos e culturas; não apenas a relação em si próprio, mas também no impacto global que teve no contexto da História Universal.

Como é natural, a evocação desta era decorre segundo prismas e abordagens diferentes, consoante a sua adequação às necessidades, anseios e expectativas de cada momento é à forma como cada “presente” olha para esse mesmo passado. Não é, portanto, por acaso que a feição “imperial” da expansão portuguesa tenha sido exaltada no século XIX, quando Portugal tentava construir um império africano na senda de franceses e britânicos – nomeadamente através da invocação do pioneirismo português na exploração do litoral africano e dos “direitos históricos” de Portugal sobre essas áreas -, que mais tarde tenha sido colocada a tónica numa alegada especificidade da “missão civilizadora” dos portugueses e que mais recentemente se tenha privilegiado o carácter científico, pacífico e humanista das viagens de exploração, omitindo ou deixando na penumbra facetas menos simpáticas desse processo de expansão que, de alguma forma, destoassem da imagem de um Portugal moderno, democrático, cosmopolita e plenamente integrado na União Europeia.

Estas diferenças são naturalmente mais visíveis e nítidas nos momentos em que a evocação tomou a forma de comemoração oficial, devidamente enquadrada num discurso

destinado invariavelmente a ligar o passado ao presente. Em 1898, Portugal comemorava pela primeira vez o centenário da viagem de Vasco da Gama; em 1960, e num contexto completamente diferente, era a vez do centenário da morte do infante D. Henrique agregar um conjunto alargado de iniciativas oficiais destinadas a celebrar as viagens de exploração e a sua herança; finalmente, entre 1988 e 2000, Portugal viveu um momento alargado de revisitação e, até certo ponto, de redescoberta do seu passado ultramarino, agora sob novos ângulos e enquadramentos. Hoje, passada alguma euforia em torno das “comemorações dos Descobrimentos” e num contexto de crise identitária e de crispação do imaginário coletivo, como são tratadas e que atenção merecem as efemérides ligadas à expansão ultramarina?

O primeiro momento de evocação da “época dos Descobrimentos” com relevância e impacto na memória coletiva nacional não teve lugar em 1898, mas em 1880, no tricentenário da morte de Luís de Camões. O autor de *Os Lusíadas* adquiriu então o estatuto de símbolo nacional e foi elevado a uma espécie de paradigma de Portugal, entre a grandeza do passado, a decadência do presente e os desejos de um ressurgimento do orgulho nacional. A propaganda do movimento republicano utilizou esta ambivalência em seu proveito e transformou o poeta num avatar do seu próprio projeto político. A ligação entre Camões e Vasco da Gama foi reforçada, não apenas devido ao papel que o navegador desempenha na epopeia camonianiana, mas também porque a sua figura assumiu definitivamente o estatuto de herói nacional. A prová-lo esteve a trasladação de ambos para o Mosteiro dos Jerónimos nesta data, consagrando definitivamente, e de forma oficial, a celebração conjunta entre os feitos e a sua preservação na memória coletiva.

Em 1898, Portugal comemorou o quarto centenário da viagem de Vasco da Gama. O país estava então mergulhado numa profunda crise económica no rescaldo da bancarrota declarada em 1891, o poder era partilhado entre dois partidos e a instabilidade política era dominante. No próprio ano de 1898 houve uma mudança de governo: o demissionário durara dezoito meses e o novo não sobreviveria dois anos completos. Existia, aliás, uma grave crise de confiança no regime constitucional monárquico, após o abalo causado pelo *ultimatum* britânico de 1890, que cortara os sonhos de expansão pelo sertão entre Angola e Moçambique. O momento era, portanto, de alguma exaltação nacionalista e de renascimento dos ideais de reviver, de alguma forma, a “era dourada” dos séculos XV e XVI. Curiosamente, os projetos coloniais que suscitavam entusiasmo na época estavam completamente desligados do modelo do império asiático português que Vasco da Gama fundara. Pelo contrário, pensava-se então que “a Índia” fora uma experiência falhada e a não repetir, pelo que os esforços dos novos projetos coloniais deveriam concentrar-se no modelo de colonização brasileira (“um novo Brasil”, como era então por vezes mencionado), desta vez no continente africano.

O principal mentor destes projetos era a Sociedade de Geografia, fundada em 1875. Foi, portanto, esta instituição que se encarregou de preparar e executar o programa de festividades do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama. Além da emissão de moedas e postais, as celebrações tiveram o seu momento alto na “Feira Franca” de Lisboa, que decorreu na Av. da Liberdade e na Rotunda em agosto desse ano. Tratou-se, no essencial, de um conjunto de decorações e desfiles no espaço público com carros alegóricos, pavilhões alusivos ao tema e diversas festividades. Pela mesma altura foi inaugurado o Aquário Vasco da Gama, sob o patrocínio do rei D. Carlos.

De entre a abundante literatura então produzida contam-se algumas obras de relevo, nomeadamente a primeira grande biografia do almirante das Índias, da autoria de Teixeira de Aragão (*Vasco da Gama e a Vidigueira: Estudo Histórico*). Houve também algumas polémicas, muito ao gosto da época, envolvendo questões de “honra” e de “brio” sobre personagens do século XVI e, inevitavelmente, a sua transposição para o contexto de exaltação patriótica que então se vivia. Uma das mais interessantes – não tanto pelos contributos para o conhecimento da História, mas pelo que revela acerca do tom inflamado

comparação entre Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral e teve como protagonistas o visconde de Sanches Baena e António Zeferino Cândido.

Um segundo momento importante de evocação dos “Descobrimentos” teve lugar em 1960, quando se completaram 500 anos sobre a morte do infante D. Henrique. Não fora, evidentemente, o único: o centenário do seu nascimento (1894), os 100 anos da independência do Brasil (1922) ou a evocação do nascimento de Camões e da morte de Vasco da Gama (1924) haviam já constituído momentos de celebração do império e de revisitação dos “Descobrimentos”, mas o *Estado Novo* não dispusera ainda de efeméride adequada, apesar do aproveitamento da oportunidade proporcionada pela Exposição do Mundo Português, em 1940.

O quadro social, político e ideológico do país alterara-se ao longo das seis décadas que haviam decorrido desde 1898. Portugal já não vivia num quadro de instabilidade política e de crise económica e não havia *ultimatum* britânico a ensombrar o orgulho nacional. Um regime autoritário comandava os destinos do país havia mais de trinta anos e erguera um império colonial em África. E era precisamente a “questão colonial” que se havia tornado sensível desde os finais da 2ª Guerra: Portugal recusava-se, ao invés de outras potências europeias, a iniciar um processo de descolonização e a conceder a autodeterminação aos respetivos territórios. O equilíbrio mundial alterara-se para uma divisão entre dois blocos político-militares, o domínio da Europa sobre os restantes continentes havia-se desmoronado, havia agora fóruns internacionais e uma Organização das Nações Unidas onde emergiam novos países que erguiam a sua voz contra o colonialismo europeu, mas Portugal mantinha-se insensível à mudança dos tempos.

1960 foi uma espécie de último fulgor do quadro de propaganda do regime que tentava legitimar o presente sob as premissas dos “Descobrimentos” do passado. Logo no ano seguinte teria início a guerra em África e a União Indiana ocuparia Goa, Damão e Diu, após ter feito o mesmo em Dadrá e Nagar-Aveli em 1954. A ideia de que o império colonial português era diferente dos restantes, não apenas devido ao seu carácter pioneiro mas também graças à sua alegada brandura e especificidade mereceria uma contestação generalizada no contexto internacional e cavaria divisões profundas no interior do país.

O infante D. Henrique ajustava-se perfeitamente às expectativas do regime: para além do seu protagonismo no processo de “arranque” das viagens de descobrimento, possuía um perfil adequado à figura heroica, visionária, austera, celibatária, mística e clarividente que se pretendia celebrar. Era a personificação do carácter científico dos Descobrimentos e, simultaneamente, o homem de fé, o “cruzado” que tentara alargar os horizontes da cristandade. A própria imagem do “homem do chapeirão” presente nos Painéis de S. Vicente – adotado como retrato apesar das dúvidas e reticências – concedia-lhe um impacto importante, em sintonia com a elevação dos Painéis à categoria, quase sacralizada, de matriz visual do Portugal dos Descobrimentos; conheceu até alguma divulgação o reconhecimento das feições de Salazar numa das figuras dos painéis, numa demonstração popular, quase anedótica, da ligação entre essa idade dourada da História de Portugal e o *Estado Novo*. A figura de D. Henrique foi também associada a um conjunto de dados que já então – como ainda hoje – povoavam o imaginário português, nomeadamente a proliferação do mito da “Escola de Sagres”, espécie de traço revanchista do orgulho nacional que demonstrava, aos que apontavam o atraso e o isolamento de Portugal, como este havia precedido todas as nações da Europa na criação de uma academia científica que revolucionou o mundo.

O momento mais importante das comemorações ocorreu com a inauguração do Padrão dos Descobrimentos, expressão arquitetónica e monumental da representação oficial dos “homens dos Descobrimentos”, com a figura tutelar do infante D. Henrique no topo. Nem todos os que o visitam hoje estarão conscientes de que se trata de uma réplica de um modelo anterior, mais pequeno e elaborado em materiais perecíveis, usado na Exposição do Mundo Português vinte anos antes destas celebrações. Ou, ainda, que

houve mais do que um concurso internacional para o projeto de Padrão dos Descobrimentos e que o próprio Salazar anulou os resultados e as escolhas do júri e impôs a recuperação do velho modelo de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida.

O momento mais alto das celebrações henriquinas foi a receção ao presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, a 6 de agosto. Antes de partir para Portugal, o presidente havia inaugurado a Av. Infante D. Henrique, no Rio de Janeiro, assim como uma exposição dedicada ao infante no Museu Histórico Nacional. A sua chegada a Lisboa foi apoteótica, com desembarque no Cais das Colunas – à semelhança do que fora feito com a rainha de Inglaterra e o imperador da Etiópia -, desfile com pompa e circunstância na R. Augusta e parada militar na Av. da Liberdade. No decorrer da visita foi-lhe atribuído o Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique, ordem honorífica criada pelo estado português no âmbito das celebrações.

As comemorações do 5º centenário da morte de D. Henrique foram igualmente acompanhadas de um conjunto de publicações importantes, além da emissão de selos e moedas evocativas. As mais relevantes foram a *Monumenta Henricina*, uma coletânea documental exaustiva com toda a documentação da época, e a *Portugaliae Monumenta Cartographica*, que compilou pela primeira vez toda a cartografia portuguesa da época. Há ainda a assinalar algumas obras de divulgação, como a *Coleção Henriquina*, com estudos sobre as várias facetas da figura do infante.

Em 1986, e pelo decreto-lei nº 391 de 22 de novembro, era criada a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), entidade que viria a coordenar um conjunto alargado de celebrações oficiais entre 1988 e 2000. Um quarto de século passado depois das comemorações henriquinas, Portugal iniciava um novo processo de evocação dos “descobrimentos” dos séculos XV e XVI, agora sob um novo prisma. O tempo da legitimação histórica de um império colonial e da sua justificação aos olhos de uma opinião pública mundial hostil havia passado, era agora o momento de mostrar ao mundo um novo Portugal moderno, pós-colonial e pertencente à CEE que olhava para o passado de forma livre, aberta e descomplexada.

Esta nova imagem correspondia a uma natural alteração do modo como, no Portugal democrático pós-74, a expansão ultramarina passou a ser abordada nos manuais escolares: do enfoque sobre os nomes, os heróis, as datas e os principais eventos, da menção expressa ao “espírito de cruzada” ou à “vocaçao marítima de Portugal” onde o discurso oficial do anterior regime pretendia sublinhar as diferenças e as especificidades da expansão portuguesa, passara-se ao sentido oposto, diluindo-a num movimento global e europeu de revolução científica, no Humanismo, no Renascimento ou na alvorada da Modernidade, com raras menções a datas e a nomes dos protagonistas das explorações marítimas.

O lançamento de um período de comemorações oficiais sobre as viagens dos séculos XV e XVI correspondeu, portanto, à retomada do olhar sobre o passado colonial de Portugal, após um período de vazio. De facto, e durante mais de uma década, o tema “Descobrimentos” estivera ausente ou fora residual nos debates intelectuais, nas atividades culturais e na produção académica, talvez por evocar um período doloroso de guerra em África, talvez por os olhares estarem demasiado comprometidos com a dicotomia ideológica de encarar o passado ultramarino como era gloriosa ou período de exploração colonialista. Voltar a comemorar os “Descobrimentos” foi, assim, uma forma de apaziguar o país com o seu passado e, sobretudo, de sarar as feridas da memória coletiva. O mote foi dado no próprio decreto-lei de criação da CNCDP, no qual se podia ler: *os descobrimentos de há 500 anos tiveram lugar num momento histórico em que o povo português, ultrapassada grave crise interna e externa, se lançou de forma coesa, sistemática e arrojada na prossecução de novos objetivos (...)*. Que tivesse passado mais de um século que estas discussões frequentemente adquiriam - envolveu uma entre a “grave crise” (1383-85) e a viagem de Bartolomeu Dias (a primeira efeméride a comemorar)

era uma questão que não causou grande incómodo; mais importante era assumir o paralelo com o Portugal pós-74: também aqui, após a crise, Portugal estava pronto para se lançar num novo projeto, o europeu.

O processo de reconstituição da imagem dos “Descobrimentos” na memória coletiva não se fez sem sobressaltos. O primeiro foi o modo ingénuo de lembrar algo elementar que parecia esquecido: que Portugal foi a primeira nação da Europa a explorar o Atlântico e a lançar-se à descoberta do mundo. Na contracapa do folheto distribuído com a imprensa em 1988 e que assinalou o início da divulgação das atividades comemorativas, chamado *Descobrir*, lia-se, em caixa alta, *Sabia que dois terços do mundo foram descobertos pelos portugueses?*, e depois, em letra menor, vinha a resposta, *Provavelmente não. Mas é verdade*, a que se seguia um conjunto de informações e de locais e datas (Cabo Bojador - 1434, Índia – 1498, China – 1513, Japão – 1543, etc.). Outra questão foi o modo titubeante e desajeitado como foram executadas as primeiras comemorações. O caso mais flagrante ocorreu ainda em 1988, com a evocação da passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias, na África do Sul, organizada localmente mas com o patrocínio da Comissão. Vigorando ainda o regime de *apartheid* naquele país, o problema de reconstituir o desembarque dos portugueses em Mossel Bay foi resolvido de forma embaraçosa: nada menos que pintar de preto os figurantes e atores (brancos) que faziam de “indígenas”, uma vez que se tratava de uma praia *whites-only*.

Ao longo da década de 1990, a evocação da memória das viagens de há 500 anos ganhou balanço e dimensão. A CNCDP tornou-se uma estrutura profissional, com supervisão científica e recursos humanos e financeiros importantes. A principal meta era 1998, ano de Vasco da Gama, da Expo-98 e de uma nova ponte sobre o Tejo. Portugal rivalizava, na construção de uma imagem de plena integração na Europa comunitária e democrática, com Espanha, que comemorou em 1992 os cinco séculos da viagem de Cristóvão Colombo com a Expo-92 em Sevilha e os Jogos Olímpicos em Barcelona. A chegada de Pedro Álvares ao Brasil foi o evento secundário, a marcar o fim do milénio, que encerrou a atividade da Comissão, extinta algum tempo depois.

A CNCDP desenvolveu um importante trabalho de divulgação, não apenas ao nível editorial, com a publicação de documentos, estudos, várias revistas e CD-ROMs, mas também com atividades desenvolvidas ao nível das escolas e das autarquias, como exposições, reconstituições históricas, ações de formação e sessões de esclarecimento. Uma miríade de atividades culturais e artísticas só foi possível graças ao patrocínio concedido pela Comissão. Algumas conheceram um notável sucesso, como a encomenda de um trabalho a Rui Veloso dedicado aos Descobrimentos (*o Auto da Pimenta*); outras foram um fracasso absoluto, como a encomenda de uma ópera a Philip Glass (*O Corvo Branco*), que custou mais de um milhão de euros, só foi representada três vezes na Expo-98 e nunca foi gravada. Outras ainda mereceram difusão muito reduzida, apesar dos custos e dos recursos envolvidos, como a série documental *Into the Rising Sun*, de produção internacional, que foi transmitida na RTP-2 em julho de 1998, a horas tardias e que passou praticamente despercebida do público.

Em 2015, quinze anos após o fim do ciclo das comemorações, o que resta do interesse sobre a “época dos descobrimentos”? Melhor, a primeira pergunta a fazer deverá ser “porquê 2015”? A resposta é simples: porque em 2015 assinalaram-se vários centenários ligados a estas temáticas e, ao contrário do que ocorreu noutros tempos, não houve qualquer envolvimento oficial e o interesse da opinião pública por estes eventos foi deveras reduzido.

A primeira efeméride foi o sexto centenário da conquista de Ceuta. Foi certamente a que mereceu maior atenção, com a edição de vários livros (como *Ceuta 1415* de Luís Miguel Duarte, *1415 – a Conquista de Ceuta* de João Gouveia Monteiro e António Martins Costa ou *Uma Lança em África* de Paulo Drummond Braga) e artigos na imprensa. Os círculos académicos realizaram colóquios e seminários, mas o episódio que assinalou o “arranque” da expansão ultramarina portuguesa seria certamente merecedor de um maior

interesse sobre o nosso passado coletivo, a memória associada a esse passado e, não menos importante, poderia ter sido mote para uma reflexão sobre os problemas do presente: guerra e religião, islão e cristandade, o Mediterrâneo como ligação e fronteira entre dois mundos, etc. Nada disso ocorreu. Pelo contrário, a ligação entre os eventos de há seis séculos e os dias de hoje foi praticamente inexistente e limitou-se à repetição de fórmulas de pertinência duvidosa, como a afirmação de que a conquista de Ceuta abriu as portas à globalização, como reportou o Expresso a 21 de agosto.

O segundo evento foi a morte de Afonso de Albuquerque, ocorrida em 1515. O interesse acerca do construtor do império asiático português, que noutros tempos fora elevado à categoria de herói nacional, limitou-se a algumas sessões promovidas por academias e círculos universitários. Já em 2016, foi lançado um estudo biográfico sobre a figura de Albuquerque, por Alexandra Pelúcia (*Afonso de Albuquerque – Corte, Cruzada e Império*). Uma reflexão sobre os construtores de impérios (colocando em paralelo Afonso de Albuquerque, Hernán Cortés, Jan Pieterszoon Coen e Robert Clive, por exemplo) ou um debate sobre comparações entre impérios ou as noções de “império” no passado e no presente ficaram por fazer.

Mais interessante, porém, foi o silêncio generalizado que pairou sobre os 500 anos da chegada dos portugueses a Timor, tradicionalmente datada de 1515, embora não exista prova documental inequívoca. Ao contrário de Ceuta e Albuquerque, passíveis de algum desconforto oficial, dada a inconveniência em comemorar atos de guerra – suscitou controvérsia a decisão do *alcalde* de Ceuta de anunciar e, posteriormente, retirar a evocação da conquista portuguesa -, a chegada dos portugueses a Timor é um facto histórico sem carga ideológica ou reserva de sensibilidade diplomática. De tal modo o é que, enquanto em Portugal o silêncio sobre esta efeméride foi total, Timor-Leste, pelo contrário, celebrou-a de forma oficial, com pompa, circunstância e festejos públicos, em simultâneo com os 40 anos da declaração de independência. Não deixa de ser irónico, portanto, que os “colonizados” festejem a sua independência conjuntamente com a chegada dos “colonizadores”, enquanto estes fazem silêncio sobre o evento e atribuem-lhe importância reduzida – o governo português esteve ausente nas cerimónias oficiais em Díli, fazendo-se representar pelo Presidente do Tribunal Constitucional.

O entendimento acerca destas omissões e do desinteresse generalizado por matérias que até há poucos anos eram objeto de comemorações oficiais permite algumas reflexões interessantes. Há que atentar a um evidente cansaço e a um maior interesse por outras épocas da História recente: temas mais ligados à atualidade, como o Estado Novo, a guerra em África ou o período pós-25 de abril adequam-se melhor a uma conjuntura de crise e de crispação geral de expectativas e esperanças. Porém, esta situação é igualmente reveladora de algo mais profundo, da permanência da relação difícil, por vezes ambivalente, por vezes amnésica, que os portugueses mantêm com o seu passado “ultramarino” ou “colonial” (e é revelador que ambas as palavras continuem a conter uma carga ideológica evidente). Por um lado, existe uma dificuldade em entendê-lo para além de alguns estereótipos com o seu quê de maniqueísta: ora é feita uma exaltação romântica e acrítica de tempos passados e da fibra e vigor dos respetivos heróis, ora é traçado um quadro negro centrado em palavras-chave como escravatura, opressão, depredação, gastos suntuários e desperdício. Por outro, é evidente uma incapacidade de estabelecer uma ligação descomplexada entre o passado e o presente: a herança da presença portuguesa em tantas paragens do mundo é geralmente ignorada enquanto potencial facilitador de contactos culturais, pontes diplomáticas e relações económicas.

Esta relação difícil com a História é agravada pela falta de uma tradição de divulgação, que resulta do completo divórcio entre o mundo académico – que a estuda de forma rigorosa mas pouco acessível – e a literatura que a difunde junto do público interessado, geralmente elaborada por jornalistas e curiosos que se limitam a afagar o ego nacional ou centram a sua atenção em aspetos menores e descontextualizados das

realidades históricas, como alegados mistérios, tricas de corte, tesouros perdidos ou “descobrimientos secretos”. Desaparecida a CNCDP, que centralizava a produção e difusão de conteúdos acerca da expansão ultramarina, a oferta informativa sobre os “descobrimientos” reduz-se hoje a parques temáticos (como o *World of Discoveries* e o Museu de Cera dos Descobrimientos), que privilegiam naturalmente uma certa faceta figurativa, lúdica e geralmente simplista sobre a época em questão.

2015 foi assim. 2019, data dos 500 anos do início da primeira viagem de circun-navegação do globo, projetada, concebida e levada a cabo por um português e cujo sucesso resultou da aplicação dos conhecimentos, tecnologia e *know-how* desenvolvidos por Portugal ao longo de várias décadas, está no horizonte. Espanha já tem em marcha um plano de comemorações, com vastos recursos, que inevitavelmente lhe permitirá visitar – e reclamar como sua – o que foi provavelmente a viagem marítima mais ousada de toda a História da Humanidade. E em Portugal, como será?

Bibliografia

Albuquerque, Luís de, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Vega, 1990.

Caldeira, Arlindo Manuel, “Poder e memória colonial. Heróis e vilões na mitologia salazarista”, *Penélope*, 15, Lisboa, 1995, pp. 121-139.

Catroga, Fernando, “Religião civil e ritualizações cívicas: o comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas. Da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista” in Amadeu Carvalho Homem, Armando Malheiro da Silva e Artur César Isaia (eds.), *Progresso e Religião – a República no Brasil e em Portugal 1889-1910*, Universidade de Coimbra, 2007, pp. 209-270.

Flores, Jorge, “Expansão portuguesa, expansões europeias e mundos não-europeus na época moderna: o estado da questão”, *Ler História*, 50, 2006, pp. 23-43.

Padrão (O) dos Descobrimientos, Belém, 1960 [<http://www.padraodosdescobrimientos.pt/wp-content/uploads/Doc1.pdf>].

Pinto, Paulo Jorge de Sousa, *Os Portugueses Descobriram a Austrália? 100 Perguntas sobre Factos, Dúvidas e Curiosidades dos Descobrimientos*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.

Pinto, Paulo Jorge de Sousa, “2015 - Viagem, Conquista, Império”, *Le Monde Diplomatique* (ed. portuguesa), nº 109, II, nov. 2015, pp. 36-37.

Pinto, Paulo Jorge de Sousa e Ana Fernandes Pinto, “Vasco da Gama na História e na Literatura – ensaio bibliográfico”, *Mare Liberum*, 16, 1998, pp. 135-174.

Proença, Maria Cândida, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimientos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, Lisboa, CNCDP, 2000.

Ramos, Rui, “«Um novo Brasil de um novo Portugal» - a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX”, *Penélope*, 23, 2000, pp. 129-152.

Errata

pp. 19-20:

onde se lê

"Uma das mais interessantes – não tanto pelos contributos para o conhecimento da História, mas pelo que revela acerca do tom inflamado comparação entre Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral e teve como protagonistas o visconde de Sanches Baena e António Zeferino Cândido."

leia-se

"Uma das mais interessantes – não tanto pelos contributos para o conhecimento da História, mas pelo que revela acerca do tom inflamado que estas discussões frequentemente adquiriam - envolveu uma comparação entre Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral e teve como protagonistas o visconde de Sanches Baena e António Zeferino Cândido."

p. 21:

onde se lê

"Que tivesse passado mais de um século que estas discussões frequentemente adquiriam - envolveu uma entre a "grave crise" (1383-85) e a viagem de Bartolomeu Dias (a primeira efeméride a comemorar) era uma questão que não causou grande incómodo;"

leia-se

"Que tivesse passado mais de um século entre a "grave crise" (1383-85) e a viagem de Bartolomeu Dias (a primeira efeméride a comemorar) era uma questão que não causou grande incómodo;"